

Contas Nacionais Anuais

2006 – Base 2000 – Dados definitivos

Em 2006 o Produto Interno Bruto cresceu 1,4% em volume e 4,2% em valor

Em 2006 o PIB foi de 155,4 mil milhões de euros, o que representou um crescimento nominal de 4,2%. Em termos reais, verificou-se um aumento de 1,4%, mais 0,5 pontos percentuais que o observado no ano anterior. O melhor desempenho conseguido em 2006 deveu-se ao contributo da procura externa líquida, que passou de -0,7 p.p. em 2005, para +0,5 p.p. em 2006, reflectindo sobretudo o acentuado crescimento real das exportações de bens e serviços de 8,7% em 2006, quando em 2005 tinham crescido 2,1%. A procura interna desacelerou pelo 3º ano consecutivo, com o consumo público a apresentar, pela primeira vez na presente série de contas nacionais, uma variação real negativa.

Neste destaque divulgam-se os principais resultados das Contas Nacionais Definitivas de 2006. Como é característico deste tipo de contas, os resultados obtidos baseiam-se em fontes de carácter mais sólido, completo e abrangente do que as subjacentes aos resultados preliminares anteriormente divulgados. Adicionalmente, a informação é apresentada com um maior grau de detalhe e é estruturada de forma a fornecer uma representação global e consistente da economia portuguesa. Associado a este destaque, disponibiliza-se um conjunto de 12 quadros, com informação retrospectiva a 1995, em formato Excel: quadro 1 - Produto Interno Bruto e Componentes; quadro 2 – Conta de Bens e Serviços; quadro 3 – Contas Económicas Integradas; quadro 4 – Formação Bruta de Capital Fixo; quadro 5 – Consumo Final das Famílias; quadro 6 – Sequência de Contas não Financeiras dos Sectores Institucionais; quadros 7 e 8 – Quadro de Recursos e Empregos; quadro 9 – Conta de Produção, Exploração e Emprego; quadro 10 – Agregados por Ramo de Actividade; quadro 11 – Principais Agregados das Administrações Públicas; quadro 12 – Despesa segundo a Classificação das Funções das Administrações Públicas.

No site do INE – www.ine.pt – é possível aceder a toda a informação para a série com início em 1995.

O valor do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 155 446 milhões de euros em 2006

O Produto Interno Bruto (PIB) português cifrou-se em 155 446 milhões de euros em 2006, o que se traduziu num crescimento nominal anual de 4,2% (3,5% no ano precedente). O maior crescimento nominal resultou maioritariamente da aceleração do PIB em volume (0,5 p.p.). Por componentes, e em termos nominais, a procura interna acentuou o abrandamento verificado no ano anterior (0,7 p.p. em 2005 e 0,9 p.p. em 2006), em consequência sobretudo da travagem brusca do consumo final das Administrações Públicas, que passou de um crescimento nominal de 7,5% em 2005 para 0,5% em 2006. Por seu lado, a procura externa apresentou um

desempenho mais favorável em 2006, traduzido no crescimento de 13,2% das exportações (12,3% nos bens e 16,2% nos serviços), o que superou largamente o crescimento de 9,3% das importações (9,0% nos bens e 11,3% nos serviços). Em grande medida, a diferença de desempenho entre as exportações e as importações está associada a diferentes crescimentos em volume. Apenas uma pequena parte reflecte uma melhoria dos termos de troca (0,3 p.p.). Destaquem-se, ainda, as diferentes dinâmicas observadas do lado das exportações, com o sector do têxtil, vestuário e calçado a diminuir 0,6% em termos nominais, por oposição ao crescimento acentuado verificado no sector dos produtos petrolíferos, químicos e matérias plásticas (+19,8%) e nas máquinas e equipamentos (+15,6%). Também as exportações de serviços de transportes (aéreos e terrestres), com um crescimento de 17,8%, e de serviços prestados às empresas (+28,5%) apresentaram crescimentos significativos.

A variação real do PIB em 2006 foi de 1,4%, acelerando 0,5 p.p. face a 2005

Em 2006, o crescimento real da economia portuguesa situou-se em 1,4% (ver quadro 1), a que correspondeu uma aceleração de 0,5 p.p. face ao ano precedente. Este desempenho ficou a dever-se em exclusivo ao contributo favorável da procura externa (-0,7 p.p. em 2005 e +0,5 p.p. em 2006), reflectindo sobretudo o acentuado crescimento das exportações, cuja taxa de variação real atingiu 8,7% (12,8% nos serviços), acelerando 6,6 p.p. face a 2005 (9,9 p.p. nos serviços). Também as importações de bens e serviços registaram uma aceleração de 2005 para 2006, mas de menor magnitude (de 3,5% para 5,2%).

Quadro 1 – Produto interno bruto e componentes da despesa

Componentes da Despesa	2004	2005	2006	Variação em Valor			Variação em Volume			Variação do Preço		
				2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Despesa de consumo final	122 070	128 681	133 732	5.3	5.4	3.9	2.5	2.3	1.1	2.7	3.1	2.8
- Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF	92 323	96 707	101 599	5.1	4.7	5.1	2.5	1.9	1.9	2.5	2.7	3.1
- Despesa de consumo final das AP's	29 747	31 974	32 133	5.8	7.5	0.5	2.6	3.2	-1.4	3.1	4.1	1.9
Formação bruta de capital	33 319	33 649	34 481	5.1	1.0	2.5	2.5	-1.5	-0.3	2.5	2.5	2.8
- Formação bruta de capital fixo	32 581	33 098	33 758	2.7	1.6	2.0	0.2	-0.9	-0.7	2.4	2.5	2.7
- Variação de existências ¹	615	382	548	-	-	-	0.5	-0.2	0.1	-	-	-
- Aquisição líquida de cessões de objectos de valor	123	170	175	0.3	38.6	2.8	-1.1	30.0	-5.5	1.4	6.6	8.8
Exportações de bens e serviços	40 953	42 567	48 204	5.6	3.9	13.2	4.0	2.1	8.7	1.5	1.8	4.2
- Exportação de bens (FOB)	31 343	32 541	36 559	4.1	3.8	12.3	2.9	1.9	7.4	1.2	1.9	4.6
- Exportação de serviços	9 609	10 026	11 645	10.6	4.3	16.2	7.9	2.9	12.8	2.5	1.4	3.0
Importações de bens e serviços	52 213	55 774	60 971	9.1	6.8	9.3	6.7	3.5	5.2	2.3	3.2	3.9
- Importação de bens (FOB)	45 087	47 941	52 254	9.1	6.3	9.0	6.7	3.2	4.8	2.2	3.0	4.0
- Importações de serviços	7 126	7 833	8 717	9.1	9.9	11.3	6.1	5.3	8.1	2.8	4.3	3.0
Procura interna	155 389	162 330	168 213	5.2	4.5	3.6	2.5	1.5	0.8	2.6	3.0	2.8
Procura externa líquida ¹	- 11 261	- 13 207	- 12 767	-	-	-	-1.2	-0.7	0.5	-	-	-
Produto Interno Bruto a preços de mercado	144 128	149 123	155 446	4.0	3.5	4.2	1.5	0.9	1.4	2.4	2.5	2.8

Unidade: Milhões de euros e percentagens

¹ - Contributo para o crescimento do PIB

Como referido, a procura interna sofreu um abrandamento importante, com a taxa de crescimento real a baixar de 1,5% no ano anterior para 0,8% em 2006. Realce-se, contudo, que este abrandamento está essencialmente ligado ao desempenho do consumo final das Administrações Públicas. Com efeito, este agregado apresentou uma variação real negativa pela primeira vez na presente série de Contas Nacionais (1995-2006): -1,4%, após o crescimento de 3,2% em 2005.

O investimento registou uma variação menos negativa, (-0,3% em 2006 e -1,5% no ano precedente). Esta evolução resultou sobretudo da variação de existências, cujo contributo para o PIB, que foi negativo (-0,2 p.p.) em 2005, passou a ser positivo em 2006 (+0,1 p.p.). O bom ano agrícola e a importação de metais de base foram os principais responsáveis pela constituição de stocks.

A FBCF registou, em 2006, uma variação real de -0,7%, que compara com -0,9% no ano anterior. O crescimento do material de transporte (+13,5%), em resultado designadamente da aquisição de aviões, e das máquinas e equipamentos (+5,3%) não foi suficiente para compensar a tendência negativa que persistiu no sector da construção (-4,9%).

Já o desempenho da despesa de consumo final das famílias manteve-se inalterado face ao ano anterior, crescendo 1,9%. A despesa em serviços, em particular serviços financeiros e serviços de turismo, e num conjunto de bens, com destaque para os equipamentos electrónicos (computadores, receptores de rádio e televisão, e material óptico e fotográfico), apresentaram crescimentos na casa dos dois dígitos.

O crescimento real do VAB foi 1,5% em 2006

O VAB apresentou um crescimento real de 1,5% em 2006 (ver quadro 2), o que corresponde a uma aceleração de 0,7 p.p. face ao ano anterior. Quando comparado com 2005, verificou-se uma melhoria generalizada no desempenho da actividade económica dos vários ramos. A excepção foi a construção, cuja actividade continuou a contrair-se (-3,3%), agravando ainda em 0,2 p.p. a performance de 2005. As outras actividades de serviços, em grande medida devido à sua componente não mercantil, apresentaram um desempenho moderado (0,2% em 2006 que compara com 2,1% no ano anterior).

Quadro 2 – Valor acrescentado bruto por ramo de actividade

	2004	2005	2006	Variação em Valor			Variação em Volume			Variação do Preço		
				2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Valor Acrescentado Bruto a preços base	125 310	128 363	133 055	4.0	2.4	3.7	1.7	0.8	1.5	2.3	1.7	2.1
Agricultura, Silvicultura e Pesca	3 971	3 642	3 756	1.6	-8.3	3.1	5.9	-5.6	2.5	-4.1	-2.8	0.6
Indústria e Energia	22 954	22 695	23 503	1.5	-1.1	3.6	0.7	-1.3	2.4	0.9	0.2	1.1
Construção	8 861	8 795	8 789	4.3	-0.7	-0.1	-0.3	-3.1	-3.3	4.6	2.4	3.3
Comércio; Reparação Automóvel; Alojamento e Restauração; Transportes e Comunicações	30 810	31 243	32 403	5.4	1.4	3.7	3.5	1.1	2.5	1.9	0.3	1.2
Actividades Financeiras, Imobiliárias; Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	26 248	27 555	29 329	3.5	5.0	6.4	1.4	2.8	2.8	2.1	2.1	3.5
Outras Actividades de Serviços	32 466	34 433	35 275	5.2	6.1	2.4	0.9	2.1	0.2	4.2	3.9	2.2
Impostos Líquidos de Subsídios sobre os Produtos	18 818	20 761	22 391	3.9	10.3	7.9	0.4	1.9	0.3	3.4	8.2	7.6
Produto Interno Bruto a preços de mercado	144 128	149 123	155 446	4.0	3.5	4.2	1.5	0.9	1.4	2.4	2.5	2.8

Unidade: Milhões de euros e percentagem

Observou-se uma melhoria significativa nos sectores da agricultura e indústria e energia, com crescimentos de 2,5% e 2,4%, respectivamente, em 2006 (-5,6% e -1,3%, pela mesma ordem, no ano anterior). O sector eléctrico, fruto do bom ano hidrológico, registou o maior crescimento real da economia (+11,4%). Também o agregado de comércio, reparação, alojamento e restauração, e transportes e comunicações, melhorou a performance face a 2005, crescendo 2,5% em 2006 (1,1% um ano antes).

Realce-se ainda o crescimento nominal dos impostos líquidos de subsídios, cuja variação de +7,9%, apesar de representar um abrandamento de 2,4 p.p. face a 2005, continuou a evoluir bastante acima do crescimento do VAB (4,2 p.p.). As receitas de impostos sobre o tabaco (que aumentaram 25%, em grande medida devido a antecipação deste imposto), sobre imóveis e ainda sobre as operações financeiras, verificaram um crescimento de 16,2%. Já em volume, o comportamento dos impostos líquidos de subsídios foi mais modesto que o do próprio VAB, em resultado da contracção do mercado dos combustíveis e de automóveis ligeiros de passageiros.

Produtividade sobe 1,5%, num contexto de quase estagnação do volume de emprego

A produtividade, avaliada pelo quociente entre o VAB e o emprego, aumentou 1,5%, mais 0,4 p.p. do que no ano anterior. O emprego interno, na óptica das Contas Nacionais¹, expandiu-se apenas 0,1%, como se pode observar no quadro 3, após três anos consecutivos de contracção.

Quadro 3 – Emprego, Produtividade e Salários

		2004	2005	2006	Taxas de variação, %		
					2004	2005	2006
VAB	(preços correntes)	125 310	128 363	133 055	4.0	2.4	3.7
	(preços de n-1) ^a	122 488	126 257	130 350	1.7	0.8	1.5
Emprego (10 ³)	Volume	4 922	4 906	4 909	-0.1	-0.3	0.1
	Indivíduos	5 117	5 100	5 126	-0.1	-0.3	0.5
Emprego Remunerado (10 ³)	Volume	4 007	4 019	4 052	0.6	0.3	0.8
	Indivíduos	4 117	4 128	4 172	0.8	0.3	1.1
Remunerações		71 811	75 358	77 773	3.4	4.9	3.2
Ordenados e salários		56 827	58 751	60 646	3.2	3.4	3.2
Impostos líquidos de subsídios à produção		- 1 039	- 1 263	972	116.9	21.5	-23.0
Excedente/Rendimento misto bruto		54 538	54 267	56 255	5.9	-0.5	3.7
Remuneração média (€/mês)		1 280	1 339	1 371	2.7	4.6	2.4
Ordenados e salários médios (€/mês)		1 013	1 044	1 069	2.5	3.1	2.4
Produtividade do trabalho					1.8	1.1	1.5

Unidades: Milhões de euros; Valores a preços correntes; Volume de emprego =Emprego em Equivalente a Tempo Completo (ETC)

^a - Taxa de variação do volume (valor de n a preços de n-1 / valor de n-1)

¹ O volume de emprego é medido em unidades equivalentes a tempo completo.
Contas Nacionais Anuais Definitivas – 2006 (base 2000)

As remunerações apresentaram um crescimento mais moderado (3,2%) em 2006 do que em 2005 (4,9%): Este abrandamento traduz fundamentalmente dois factores. Um correspondeu ao efeito de base numa das componentes das remunerações - as contribuições patronais para os fundos de pensões – que, em 2005, cresceram 50,7%. O outro correspondeu à evolução das remunerações nas Administrações Públicas (APs) que, excluindo o sector da saúde (sujeito a uma alteração da sua configuração em resultado da transformação/criação de hospitais empresas), aumentaram 5,8% em 2005 e diminuíram 0,7% em 2006 (no conjunto das APs, as evoluções foram as seguintes: +5,9% em 2005 e -1,7% em 2006).

As remunerações por unidade de trabalho aumentaram 2,4%, representando um abrandamento de 0,7 p.p. face ao ano anterior. Também esta evolução foi significativamente determinada pela performance observada na Administração Pública, anteriormente mencionada.

O excedente bruto de exploração/rendimento misto², depois da contracção verificada em 2005 (-0,5%), apresentou um crescimento de 3,7% em 2006.

Rendimento Nacional Bruto aumentou 2,5% e a Necessidade Líquida de Financiamento da economia agravou-se para 9,3% do PIB em 2006

A comparação entre o produto interno bruto e o rendimento nacional da economia portuguesa continuou a evidenciar o contributo desfavorável, para o nosso país, do saldo dos rendimentos primários com o exterior. Esta situação foi reforçada em 2006, com a acentuada variação dos fluxos no sentido da saída comparativamente com os fluxos de entrada, e reflectiu-se na evolução do rendimento nacional bruto, cuja taxa de variação nominal passou de 3,1% em 2005 para 2,5 % em 2006 (ver quadro 4). Assim, a aceleração nominal do PIB não se traduziu numa evolução similar do RNB que, pelo contrário, desacelerou.

Devido ao comportamento mais favorável, em 2006, das transferências correntes líquidas do Resto do Mundo, o rendimento nacional disponível bruto acelerou ligeiramente, não obstante o comportamento do RNB. Em todo o caso, o crescimento do rendimento nacional disponível bruto foi inferior ao crescimento do consumo final, determinando uma nova redução da poupança bruta em 2006, ainda que menos acentuada que no anterior.

Ao contrário das transferências correntes, as transferências de capital líquidas do Resto do Mundo tiveram um evolução desfavorável em 2006, o que, conjugado com a ligeira aceleração nominal da formação bruta de capital, determinou o agravamento da necessidade de financiamento externo da economia em cerca de 1 ponto percentual do PIB.

² No sector das famílias, o excedente bruto designa-se rendimento misto.
Contas Nacionais Anuais Definitivas – 2006 (base 2000)

Quadro 4. Necessidade líquida de financiamento da economia portuguesa

Principais Agregados da Economia	2004	2005	2006	Taxas de variação nominal		
				2004	2005	2006
Produto Interno Bruto	144 128	149 123	155 446	4,0	3,5	4,2
Rendimentos primários recebidos do Resto do Mundo	7 499	8 732	11 886	11,2	16,4	36,1
Rendimentos primários pagos ao Resto do Mundo	9 774	11 632	17 452	13,7	19,0	50,0
Rendimento Nacional bruto	141 853	146 223	149 881	3,8	3,1	2,5
Transferências correntes recebidas do Resto do Mundo	4 811	4 603	5 174	11,1	-4,3	12,4
Transferências correntes pagas ao Resto do Mundo	2 583	3 121	3 085	11,8	20,8	-1,1
Rendimento Nacional disponível bruto	144 080	147 705	151 969	3,8	2,5	2,9
Despesa de consumo final	122 070	128 681	133 732	5,3	5,4	3,9
Poupança bruta	22 011	19 024	18 238	-3,4	-13,6	-4,1
Transferências de capital recebidas do Resto do Mundo	2 716	2 404	2 016	-20,9	-11,5	-16,1
Transferências de capital pagas ao Resto do Mundo	187	162	168	10,7	-13,4	3,6
Formação bruta de capital	33 319	33 649	34 481	5,1	1,0	2,5
Aquisições líquidas de cessões de activos não-financeiros não produzidos	38	49	7	190,2	26,6	-85,1
Capacidade / Necessidade líquida de financiamento	- 8 741	- 12 335	- 14 388	54,9	41,1	16,6
<i>Por memória:</i> Capacidade / Necessidade líquida de financiamento em % do PIB	-6,1	-8,3	-9,3			

Unidades: Milhões de euros e percentagem

O agravamento da necessidade de financiamento da economia esteve associado, sobretudo, a uma deterioração dos saldos das sociedades não financeiras (ver quadro 5), aumentando a respectiva necessidade de financiamento, e a uma menor capacidade de financiamento dos particulares. No caso dos particulares, esta evolução resultou da diminuição da taxa de poupança e de uma diminuição significativa nas transferências de capital recebidas que, em 2005, reflectiam o efeito das contribuições extraordinárias efectuadas por sociedades financeiras para fundos de pensões. A necessidade de financiamento das administrações públicas diminuiu 2,2 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se em 3,9% do PIB.

Quadro 5. Capacidade/Necessidade líquida de financiamento por sector institucional

Agregados por Sector Institucional	S11 Sociedades Não Financeiras		S12 Sociedades Financeiras		S13 Administrações Públicas		S14+S15 Famílias + ISFLSF	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Poupança bruta	9 884	8 464	4 072	3 433	- 4 775	- 2 598	9 844	8 939
Formação bruta de capital	19 221	19 742	1 037	2 414	4 380	3 700	9 012	8 625
Capacidade / Necessidade líquida de financiamento	- 8 758	- 11 536	681	- 23	- 9 023	- 6 127	4 766	3 298
<i>Por memória</i> : Capacidade / Necessidade líquida de financiamento em % do PIB	-5,9	-7,4	0,5	0,0	-6,1	-3,9	3,2	2,1

Unidades: Milhões de euros e percentagem

Os resultados definitivos determinaram pequenas revisões na última estimativa disponível³

Os resultados obtidos pelas Contas Anuais Definitivas para a variação nominal do PIB em 2006 (+4,2%), são quase coincidentes com a anterior previsão das contas preliminares. Todavia, em termos reais observa-se uma pequena revisão em alta de 0,1 p.p..

Como se pode observar no gráfico seguinte, na procura interna, a despesa de consumo final foi revista em alta (0,6 p.p.), em larga medida devido a um crescimento mais intenso no consumo de serviços, com destaque para os serviços financeiros, seguros e serviços de turismo. Também o consumo de bens duradouros, em particular material óptico e fotográfico, computadores e receptores de rádio e televisão, apresentaram performances superiores à anterior estimativa. Estas revisões foram basicamente determinadas pela disponibilidade de um maior volume de informação na óptica da oferta de bens e serviços e pelo maior grau de detalhe na apropriação da informação do comércio internacional. A revisão em baixa do nível das exportações em 0,7 %, resultou precisamente da confrontação de micro-informação do comércio internacional com fontes administrativas.

Em síntese, o efeito conjugado das revisões dos agregados da despesa traduziu-se numa revisão em alta do nível do PIB um pouco inferior a 0,1%.

³ Baseada na agregação anual das últimas contas trimestrais disponíveis.
 Contas Nacionais Anuais Definitivas – 2006 (base 2000)

Revisão percentual do nível do PIB e agregados da despesa

